



PROCESSO SELETIVO VAGAS RESIDUAIS 2018



19

- TEORIA GERAL DO DIREITO**
- DIREITO CONSTITUCIONAL**
- REDAÇÃO**

INSTRUÇÕES

Para a realização das provas, você recebeu este Caderno de Questões, uma Folha de Respostas para as Provas I e II e uma Folha de Resposta destinada à Redação.

1. Caderno de Questões

- Verifique se este Caderno de Questões contém as seguintes provas:
Prova I: TEORIA GERAL DO DIREITO — Questões de 01 a 35
Prova II: DIREITO CONSTITUCIONAL — Questões de 36 a 70
Prova de REDAÇÃO
- Qualquer irregularidade constatada neste Caderno de Questões deve ser imediatamente comunicada ao fiscal de sala.
- Nas Provas I e II, você encontra apenas um tipo de questão: objetiva de proposição simples. Identifique a resposta correta, marcando na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

ATENÇÃO: Antes de fazer a marcação, avalie cuidadosamente sua resposta.

LEMBRE-SE:

- A resposta correta vale 1 (um), isto é, você **ganha** 1 (um) ponto.
- A resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto), isto é, você **não ganha** o ponto e ainda **tem descontada**, em outra questão que você acertou, essa fração do ponto.
- A ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero). Você **não ganha nem perde nada**.

2. Folha de Respostas

- A Folha de Respostas das Provas I e II e a Folha de Resposta da Redação são pré-identificadas. Confira os dados registrados nos cabeçalhos e assine-os com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**, sem ultrapassar o espaço próprio.
- **NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE, NÃO RASURE ESSAS FOLHAS DE RESPOSTAS.**
- Na Folha de Respostas destinada às Provas I e II, a marcação da resposta deve ser feita preenchendo-se o espaço correspondente com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**. Não ultrapasse o espaço reservado para esse fim.

Exemplo de Marcação
na Folha de Respostas

01	<input type="checkbox"/>	F
02	<input checked="" type="checkbox"/>	V
03	<input checked="" type="checkbox"/>	V
04	<input type="checkbox"/>	F
05	<input checked="" type="checkbox"/>	V

- O tempo disponível para a realização das provas e o preenchimento das Folhas de Respostas é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos.
-
-

ESTAS PROVAS DEVEM SER RESPONDIDAS PELOS CANDIDATOS AO SEGUINTE CURSO:

- DIREITO

PROVA I — TEORIA GERAL DO DIREITO

QUESTÕES de 01 a 35

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **01** a **35**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 01

O ato ilícito ou o delito é uma determinada ação ou omissão humana que, por ser socialmente indesejável, é proibida pelo fato de a ela ou, mais corretamente, à sua verificação num processo juridicamente regulado se ligar um ato de coerção, pelo fato de a ordem jurídica a tornar pressuposto de um ato de coerção por ela estatuído. E este ato de coerção apenas pode, como sanção (no sentido de consequência de um ato ilícito), distinguir-se de outros atos de coerção estatuídos pela ordem jurídica na medida em que o fato condicionante ou pressuposto deste ato de coerção é uma determinada ação ou omissão socialmente indesejável e juridicamente prefixada, ao passo que os atos de coerção não qualificados como sanções, no sentido de consequências do ilícito, são condicionados por outros fatos. (KELSEN, 2006, p. 45).

Considerando-se o contexto do normativismo e da lógica jurídica, é correto afirmar que não há diferença entre a sanção e os atos coercitivos que restringem liberdades, desde que se justifiquem socialmente o seu conteúdo diante dos anseios sociais e da opinião pública.

Questão 02

O IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa — vem a público externar sua preocupação com a prisão coletiva “em flagrante” de 159 pessoas em evento cultural no Rio de Janeiro, no último sábado. Mais preocupante ainda a notícia de que todas as prisões, sem exceção, foram mantidas pela justiça sem qualquer mínima individualização das condutas dos custodiados. (O IDDD vem a público..., 2018).

Considerando-se a notícia em destaque e o contexto da Teoria Pura do Direito, é correto afirmar que a individualização da conduta (ação ou omissão) é premissa lógica para aplicação de sanção *strictu sensu*, que difere atos coercitivos de fatos socialmente indesejáveis.

Questão 03

STF admite execução de pena após condenação em segunda instância. Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que o artigo 283 do Código de Processo Penal (CPP) não impede o início da execução da pena após condenação em segunda instância e indeferiu liminares pleiteadas nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 43 e 44. O Partido Nacional Ecológico (PEN) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), autores das ações, pediam a concessão da medida cautelar para suspender a execução antecipada da pena de todos os acórdãos prolatados em segunda instância. Alegaram que o julgamento do *Habeas Corpus* (HC) 126292, em fevereiro deste ano, no qual o STF entendeu possível a execução provisória da pena, vem gerando grande controvérsia jurisprudencial acerca do princípio constitucional da presunção de inocência, porque, mesmo sem força vinculante, tribunais de todo o país “passaram a adotar idêntico posicionamento, produzindo uma série de decisões que, deliberadamente, ignoram o disposto no artigo 283 do CPP”. (STF ADMITE execução da pena..., 2016).

Essa interpretação do STF é denominada de interpretação autêntica em Hans Kelsen, pois foi feita pela autoridade juridicamente competente.

Questão 04

Ao acompanhar a divergência [quanto à prisão após condenação em segunda instância], o Ministro Teori Zavascki reafirmou entendimento já manifestado no julgamento do HC 126292, de sua relatoria, afirmando que o princípio da presunção da inocência não impede o cumprimento da pena. Teori ressaltou que esta era a jurisprudência do Supremo até 2009.

“A dignidade defensiva dos acusados deve ser calibrada, em termos de processo, a partir das expectativas mínimas de justiça depositadas no sistema criminal do país”, afirmou. Se de um lado a presunção da inocência e as demais garantias devem proporcionar meios para que o acusado possa exercer seu direito de defesa, de outro elas não podem esvaziar o sentido público de justiça. “O processo penal deve ser minimamente capaz de garantir a sua finalidade última de pacificação social”, afirmou. (AO ACOMPANHAR a divergência..., 2016).

A análise do texto permite afirmar que a interpretação doutrinária não autêntica do Ministro em destaque tem fundamento jusnaturalista, ao se basear em valores superiores: a paz social e a justiça.

Questão 05

A teoria do ordenamento jurídico é uma consequência do jusnaturalismo, ao indicar a ideia de justiça na aplicação das normas como fundamento da unidade, da coerência e da completude do sistema, garantindo, assim, a segurança jurídica.

Questão 06

Supondo que uma norma A seja revogada por uma norma B, a posterior revogação de B por uma nova norma C não implicaria reinstalação de A.

Questão 07

Vacatio legis é o tempo decorrido entre a deliberação, com sanção presidencial, e a promulgação de uma norma jurídica.

Questão 08

Miguel Reale confirma o caráter eclético e dinâmico da Teoria Tridimensional, ao afirmar que fatos, valores e normas se exigem reciprocamente e refletem também o momento em que se interpreta a norma para dar-lhe aplicação.

Questão 09

Segundo Norberto Bobbio, entre as causas históricas do advento da escola histórica está a doutrina da separação dos poderes, princípio da certeza do direito, pois, com base nessa teoria, o juiz não pode criar o direito, caso contrário invadiria a esfera de competência do Poder Legislativo, fundamentado no espírito do povo.

Questão 10

O movimento do direito livre sustenta que a interpretação jurídica deve ser realizada a partir de horizontes sociais concretos e que o direito deve ser entendido como um fenômeno vivo e espontâneo.

Questão 11

Quando se afirma que “onde está claro não precisa interpretar”, reforça-se o sentido literal da lei, assim como a promessa de previsibilidade e racionalização do uso da força estatal.

Questão 12

Considerando-se que, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais, é correto afirmar que, segundo a Teoria Tridimensional, um decreto não pode regulamentar artigo do ADCT da Constituição, exceto em casos em que este se dirija ao bem comum.

Questão 13

O Artigo 5º, inciso XL da CF/1988, ao determinar que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, traduz a natureza do regime democrático de limitar o uso da força e a restrição da liberdade à previsibilidade, e o princípio da legalidade à estatura de direito fundamental.

Questão 14

Os princípios *in dubio pro trabalhador* e *in dubio pro réu* confirmam o costume e a analogia como fontes materiais do direito, afastando a doutrina e mesmo a lei como fonte formal.

Questão 15

Já em meados do século XX, em especial a partir das suas últimas décadas, boa parte dos teóricos sustentavam a adoção da ponderação no manejo dos princípios jurídicos.

Questão 16

A tradição positivista do século XIX sustentou um modelo de aplicação de normas jurídicas a fatos por subsunção, de modo a garantir a igualdade perante a lei.

Questão 17

Considerando-se que o Artigo 67 da CF/1988 prevê que "a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos, a partir da promulgação da Constituição", é possível afirmar que, nesse artigo, houve um reconhecimento constitucional dos direitos indígenas à demarcação, porém sem vigor ou vigência, pois foram inseridos apenas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Questão 18

Se a positividade do Direito não conduz fatalmente ao positivismo, é correto afirmar que não se distingue, na Teoria Normativista de Hans Kelsen, objeto e método como condição para constituição de uma Ciência do Direito.

Questão 19

Em Miguel Reale, a matriz de pensamento culturalista traz um esgotamento e uma crise do paradigma da ciência jurídica na sua vertente formal-positivista, reabilitando a ideia dos valores dialetizados.

Questão 20

No contexto do pós-positivismo, aparece a Tópica, com Theodor Viehweg, reabilitando a argumentação jurídica pela ideia de *topoi*, que são lugares comuns, cuja referência é comumente aceita por muitos.

Questão 21

Os postulados da segurança jurídica, da boa-fé objetiva e da proteção da confiança, enquanto expressões do Estado Democrático de Direito, mostram-se impregnados de elevado conteúdo ético, social e jurídico, projetando-se sobre as relações jurídicas, mesmo as de direito público, em ordem a viabilizar a incidência desses mesmos princípios sobre comportamentos de qualquer dos poderes ou órgãos do Estado (os Tribunais de Contas, inclusive), para que se preservem, desse modo, situações administrativas já consolidadas no passado. (OS POSTULADOS da segurança..., 2010).

No texto, é possível identificar influências do pós-positivismo e argumentação razoável, ao afastar deduções fixas lógicas.

Questão 22

As ideias que concedem aos juízes o poder de construir normas, além e acima do que está nas leis, como no *common law*, podem ser fundamentadas no pensamento da escola exegese.

Questão 23

Sabendo-se que a Lei nº 13.467/17 — reforma trabalhista — introduziu, na Consolidação das Leis do Trabalho, o Artigo 611-A, que determina que "A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais", é correto afirmar que, segundo a teoria da argumentação jurídica pós-positivista, a presença do *topos* do direito privado está acima do direito público, a autonomia da vontade acima da legalidade.

Questão 24

Segundo a LINDB — Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro — quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com os dados concretos e os impactos sociais e econômicos no orçamento e déficit público para garantia do equilíbrio fiscal.

Questão 25

Considera-se caso de derrogação expressa a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que determinou, no Art 3º, "Fica revogado o Art. 2º da Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015".

Questão 26

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (SÃO reconhecidos..., 1988).

É possível identificar, nesse dispositivo legal, influência do culturalismo, com o reconhecimento constitucional dos costumes para demarcação do território necessário à reprodução física e cultural dos índios.

Questão 27

Na teoria da norma, é possível indicar normas de competência dos juízes – Direito Processual – que não necessariamente contém uma sanção.

Questão 28

Na norma extraída da LINDB, "Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão", é possível inferir que são afastados os princípios constitucionais garantidos no Título I I , Capítulo I , "Dos Direitos e Garantias Fundamentais".

Questão 29

Considerando-se o pensamento de Alysso Mascaro, de que se não há normas que proíbam uma conduta socialmente indesejável, não há lacuna e sim, logicamente, a permissão, é correto inferir que esse é um corolário da ideia do contínuo de ilicitudes para garantia da ordem.

Questão 30

Segundo Alysso Mascaro "Em geral os juristas, a partir da nomenclatura do italiano Carnelutti, dividem os métodos de integração em dois tipos: autointegração e heterointegração", sendo correto afirmar que, ao decidir com base no clamor social, princípios bíblicos ou dados estatísticos da economia, o juiz usa da autointegração diante do reconhecimento de lacunas do sistema jurídico.

Questão 31

Sobre o perecimento das normas, é correto afirmar que há o desuso, a caducidade e o costume negativo.

Questão 32

É caracterizado como *vacatio legis* o prazo estabelecido no Art. 26, do ADCT que estabelece "No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro".

Questão 33

O movimento da Codificação afasta a doutrina como fonte do direito, pois a sua lógica é monopólio da magistratura que pode traduzir as exigências do direito natural.

Questão 34

Na Teoria do Direito Subjetivo, Hans Kelsen se vale da separação entre direito e moral, operando com a lógica e a estatalidade do direito, ao descrever que se "um indivíduo é obrigado a uma determinada conduta significa que, no caso da conduta oposta, se deve verificar uma sanção; o seu dever é a norma que prescreve esta conduta enquanto liga uma sanção à conduta oposta".

Questão 35

Ao possuir cláusulas pétreas, a CF/1988 não permite emendas propostas por membros do Legislativo e do Executivo que não tenham sido antes previamente avaliadas pelo Poder Judiciário, sendo essa a proposta fundamental do escalonamento hierárquico das normas num sistema, feita por Hans Kelsen.

PROVA II — DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES de 36 a 70

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **36 a 70**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 36

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não integra a estrutura formal da Constituição Federal Brasileira de 1988—CF/1988.

Questão 37

O Poder Constituinte Derivado Reformador compreende a possibilidade de modificação da Constituição via emenda constitucional, sendo vedada, contudo, a aprovação de emendas durante a vigência de intervenção federal.

Questão 38

Soberania, cidadania e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária podem ser concebidos, segundo o texto literal da CF/1988, como fundamentos da República Federativa do Brasil.

Questão 39

No Brasil, a proteção do local de trabalho como fruto da inviolabilidade domiciliar representa exemplo clássico de mutação constitucional.

Questão 40

De acordo com a CF/1988, a edição de lei sobre direito econômico constitui competência privativa da União.

Questão 41

De acordo com o Supremo Tribunal Federal—STF, a edição de lei estadual sobre interrogatório por videoconferência de réu preso representa invasão de competência privativa da União, o que enseja inconstitucionalidade.

Questão 42

O controle preventivo de constitucionalidade no Brasil permite, excepcionalmente, a atuação do Judiciário nos casos de ofensa ao devido processo legal parlamentar, segundo o STF.

Questão 43

Ocorre inconstitucionalidade material nos casos em que o procedimento de elaboração de lei ou ato normativo do poder público viola o texto da CF/1988.

Questão 44

Os portugueses com residência permanente no Brasil podem, caso haja o devido requerimento, adquirir direitos equivalentes ao brasileiro naturalizado, nos termos do Acordo de Cooperação e Amizade entre Brasil e Portugal.

Questão 45

É brasileiro nato o filho de pai ou mãe brasileira que tenha sido registrado em repartição competente após nascer no exterior.

Questão 46

Embora seja uma República Federativa, o Brasil já experimentou a Forma Unitária de Estado, o que ocorreu durante a vigência da República Velha.

Questão 47

No sistema de governo parlamentarista, adotado no Brasil desde a proclamação da República, o Presidente da República é, ao mesmo tempo, Chefe de Estado e Chefe de Governo.

Questão 48

É vedada a divisão do Distrito Federal em municípios.

Questão 49

A União pode delegar aos Estados questões específicas relacionadas ao exercício da competência legislativa privativa civil.

Questão 50

A lei municipal de Salvador que proibia a utilização do aplicativo UBER poderia ter sido declarada inconstitucional pelo STF, caso tivesse havido o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade do tipo genérica questionando o seu conteúdo.

Questão 51

Segundo a CF/1988, a criação de lei orgânica municipal exige a aprovação de ao menos 3/5 dos membros da câmara de vereadores, em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias entre ambos.

Questão 52

A CF/1988 permite a realização de iniciativa popular de lei municipal, exigindo, contudo, a obtenção de, pelo menos, 5% do eleitorado municipal, para que sejam apresentados projetos de interesse comunitário local.

Questão 53

Os direitos fundamentais conhecidos como de primeira geração ou dimensão contemplam os direitos civis e políticos, e são fruto direto da Revolução Francesa e do processo de independência dos Estados Unidos da América.

Questão 54

A composição da Câmara dos Deputados atende ao critério proporcional com base na população de cada Estado, desde que respeitado o mínimo de 10 e o máximo de 75 deputados federais para cada Estado.

Questão 55

Na eleição dos deputados estaduais é utilizado o sistema eleitoral majoritário, mais conhecido como "voto distrital".

Questão 56

Os senadores exercem mandato eletivo com duração de oito anos, permitida uma única reeleição.

Questão 57

O Presidente da República pode vetar projeto de lei que entenda inconstitucional, situação em que o respectivo veto será apreciado em sessão conjunta do Congresso, podendo ser derrubado caso alcançada maioria absoluta dos parlamentares.

Questão 58

Segundo o STF, existe uma etapa de admissibilidade do processo de *impeachment* também no Senado, que deve se pronunciar por maioria simples para que seja instaurado o processo em face do Presidente da República.

Questão 59

Em conformidade com o que dispõe a CF/1988, o Presidente da República não pode delegar o provimento de cargos públicos, sob pena de violação ao princípio do concurso público.

Questão 60

No Brasil, a regra do quinto constitucional se limita aos Tribunais dos Estados e aos Tribunais Regionais Federais não podendo ser aplicada aos Tribunais Superiores.

Questão 61

A remoção de magistrados exige o quórum de 2/3 do Tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça para que seja efetivada.

Questão 62

A homologação de sentença estrangeira constitui competência do Supremo Tribunal Federal.

Questão 63

Ação declaratória de constitucionalidade exige, como um dos seus requisitos, que ocorra a demonstração de controvérsia judicial relevante a respeito da lei ou ato normativo federal.

Questão 64

Constitui competência do Superior Tribunal de Justiça a apreciação de incidente de deslocamento de competência, deflagrado pela Procuradoria-Geral da República, em casos que envolvam grave violação a direitos humanos.

Questão 65

Os Tribunais Regionais Federais são compostos de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região.

Questão 66

Segundo a CF/1988, constitui função privativa do Ministério Público a instauração de inquérito civil e a propositura de ação civil pública para a defesa de interesses transindividuais.

Questão 67

Segundo a CF/1988, após a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 80/2014, dentro do prazo de oito anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, em atenção aos critérios de efetiva demanda e população de cada Unidade da Federação.

Questão 68

A intervenção federal representa medida de grande excepcionalidade no Brasil, sendo de decretação privativa do Presidente da República, em caso de ser necessário pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

Questão 69

As medidas provisórias que sejam rejeitadas ou que tenham perdido a sua eficácia por decurso de prazo perderão seus efeitos com caráter *ex nunc*, sendo preservadas, portanto, as relações jurídicas regidas quando de sua incidência.

Questão 70

Casos de conflito entre leis locais em face de leis federais ensejam a interposição, perante o STF, de recurso extraordinário, sendo exigida a demonstração da repercussão geral da questão envolvida.

PROVA DE REDAÇÃO

INSTRUÇÕES:

- Escreva sua Redação com caneta de tinta AZUL ou PRETA, de forma clara e legível.
- Caso utilize letra de imprensa, destaque as iniciais maiúsculas.
- O rascunho deve ser feito no local apropriado do Caderno de Questões.
- Na Folha de Resposta, utilize apenas o espaço a ela destinado.
- Será atribuída a pontuação ZERO à Redação que

- se afastar do tema proposto;
- for apresentada em forma de verso;
- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- apresentar texto incompreensível ou letra ilegível.

Os textos a seguir devem servir como ponto de partida para a sua Redação.

- O Brasil é hoje o país com o maior número de homicídios do mundo. Em 2016, foram 61.283 mortes – total próximo da média anual de vítimas fatais da guerra civil da Síria.
A taxa média brasileira de homicídios por grupo de 100 mil habitantes não é menos assustadora – chegou a 29,7 no ano passado, praticamente o triplo do padrão considerado aceitável no mundo (10).
Num país atravessado por desequilíbrios regionais, os índices variam, muitas vezes, de maneira brusca, de estado para estado.
Enquanto o estado de São Paulo mantém uma taxa em torno de 10 homicídios por 100 mil habitantes, em Sergipe, no outro extremo, saltou-se de 43, em 2013, para espantosos 64 mortes por 100 mil pessoas em 2016.
Não são menos inquietantes os índices de roubos, furtos, latrocínios e crimes contra a dignidade sexual, que contribuem para fomentar a sensação de insegurança disseminada nas cidades brasileiras.

GONÇALVES, M. A. Brasil erra no combate ao crime e dá margem a propostas enganosas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2018. Caderno Segurança Pública, p. 1.

- O artigo 144 da Constituição de 1988 descreve as instituições envolvidas na segurança pública e prevê a elaboração de uma lei que “disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis de maneira a garantir a eficiência de suas atividades”. Trinta anos depois, essa legislação ainda não existe.
Ao contrário de outros direitos sociais consagrados na Carta – como educação e saúde, em que o governo federal tem papel central e regulador –, a segurança pública tem menor presença da União. Só recentemente foi criado um ministério para o setor.

MENA, F. Com taxas explosivas, país naufraga na ineficiência e na descoordenação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 de abr. 2018. Caderno Segurança Pública, p. 2.

- SÃO PAULO – As 61.283 mortes violentas ocorridas em 2016 no Brasil encerram algumas assimetrias importantes: a maioria das vítimas são homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53% entre 15 e 29 anos).
Segundo o Atlas da Violência 2017, publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as mortes violentas no país subiram 10,2% entre 2005 e 2015. Mas, entre pessoas de 15 a 29 anos, a alta foi de 17,2%.
Desde 1980, os mortos são jovens cada vez mais jovens. O pico da idade média das vítimas

diminuiu, desde então, de 25 anos para 21 anos.

Um dos fatores que explicam esse declínio é o descompromisso de governos com políticas eficazes e apoiadas em evidências científicas, segundo Daniel Cerqueira, doutor em economia pela PUC-RJ e especialista em violência.

Para ele, falhas na implementação do Estatuto do Desarmamento e a proliferação das drogas em cidades médias e pequenas, nos anos 2000, colaboraram para a queda da idade média das vítimas.

Na clivagem por cor da pele, salta aos olhos o fato de que os negros e pardos (53,6% da população) correspondam a três de cada quatro pessoas assassinadas em 2016. Os que se declaram brancos (45,5% dos brasileiros) foram vítimas em 25% dos casos.

Mais pobre e menos escolarizada, essa fatia dos brasileiros ainda vive, em grande parte, marginalizada, com poucas oportunidades de ascensão social e exposta ao cotidiano de violência das periferias.

GREGÓRIO, R. Homens Negros e jovens são os que mais morrem e os que mais matam. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 abr. 2018. Caderno de Segurança Pública, p. 3.

PROPOSTA

Baseando-se nas ideias dos fragmentos motivadores, escreva, na norma-padrão da língua portuguesa, um **texto dissertativo-argumentativo**, apresentando justificativas que apoiem sua opinião a respeito do seguinte recorte temático:

A realidade brasileira atual evidencia a ausência de políticas eficazes para prover a segurança dos cidadãos.

RASCUNHO

RASCUNHO

REFERÊNCIAS

Questão 01

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. 7ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Questão 02

O IDDD vem a público... Disponível em: <<http://www.iddd.org.br/index.php/2018/04/16/idd-dvem-a-publico-manifestar-preocupacao-com-prisao-coletiva-realizada-em-operacao-da-policia-civil/>>. Acesso em: 02 maio 2018.

Questão 03

STF ADMITE execução da pena ... Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326754>>. Acesso em: 04 maio 2018.

Questão 04

AO ACOMPANHAR a divergência.... Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326754>>. Acesso em: 04 maio 2018. Adaptado.

Questão 17

A UNIÃO concluirá... Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 maio 2018.

Questão 21

OS POSTULADOS de segurança... Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDealhe.asp?idconteudo=122770>>. Acesso em: 12 maio 2018.

Questão 23

A CONVENÇÃO coletiva... Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/lei/13467.htm>. Acesso em: 12 maio 2018.

Questão 25

FICA revogado... Disponível em: <www.planalto.gov.br/emc/emc95>. Acesso em: 14 maio 2018.

Questão 26

SÃO reconhecidos... Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 maio 2018.

Questão 28

NAS ESFERAS administrativa... Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/de/4657compilado.htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

Questão 30

MASCARO, A. L. **Introdução ao Estudo do Direito**, 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2015, p. 121.

Questão 32

NO PRAZO de um ano... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 17 maio 2018.

Questão 34

KELSEN, H. **Op.cit**, p.142.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAD/COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO
Rua Padre Feijó, 49 – Canela
Cep. 40110-170 – Salvador/BA
Telefax (71) 3283-7820 – E-mail: vagasresiduais@ufba.br
Site: www.vagasresiduais.ufba.br